



O estado do Tocantins nas regionalizações brasileiras

Tocantins state in brazilian regionalization

1. Reges Sodré  <https://orcid.org/0000-0002-9615-528X>

1. Universidade Federal de Rondonópolis  Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil

Autor de correspondência: regessodre@gmail.com

RESUMO: Neste trabalho, analisa-se a inserção do estado do Tocantins nas regionalizações teórico-metodológicas elaboradas e difundidas por geógrafos/as brasileiros/as, tendo como recorte temporal o período em que esse território é incorporado a fronteira agrícola, na segunda metade do século XX e de sua emancipação política a partir de 1988. A discussão revela múltiplos vínculos regionais do estado, ora pertencendo à região amazônica, ao Centro-Oeste ou à área de transição. Essa multiplicidade é tributária de dinâmicas socioespaciais pelas quais têm passado o território tocantinense e estados vizinhos, de modernização da fronteira agrícola e ingresso na globalização, que produzem novas des-articulações regionais no Centro-Norte do Brasil. A pesquisa foi construída com base em revisão teórica das regionalizações elaboradas por Geiger (1964), Becker (1972), Corrêa (1989), Santos e Silveira (2001), Moreira (2004), Cazzolato (2007) e Cruz (2020). Esses textos foram escolhidos para análise com base nas indicações de Haesbaert (2020) e Cruz (2021).

Palavras-chave: região; regionalização; Tocantins; Brasil.

ABSTRACT: This work analyses the insertion of Tocantins State in the theory-methodological regionalization made and disseminated by Brazilian geographers, having as a time frame the period in which that territory is integrated into the agricultural frontier in the second half of the XX century and its political emancipation from 1988. The discussion reveals several regional bonds of the state, sometimes belonging to the Amazon region, the Midwest, or the transition area. That multiplicity depends on the socio-spatial dynamics of modernization of the agricultural frontier and admission in the globalization by which the tocantinense territory and the neighboring states have been through and it produces new regional disarticulations in North Central Brazil. This research is based on a theoretical revision of regionalization made by Geiger (1964), Becker (1972), Corrêa (1989), Santos and Silveira (2001), Moreira (2004), Cazzolato (2007) and Cruz (2020). Those texts were chosen to analyze based on the indications of Haesbaert (2020) and Cruz (2021).

Keywords: region; regionalization; Tocantins; Brazil.

Introdução

Nas últimas três décadas, o pensamento regional brasileiro tem passado por um revigoramento, com o aumento de publicações, novas abordagens e propostas inovadoras de regionalizar o espaço nacional (Leopoldo, 2021; Cruz, 2021). Entre as regionalizações elaboradas nesse período, destacam-se Santos e Silveira (2001), Moreira (2004), Cazzolato (2007) e Cruz (2020), as quais colocam no centro dos critérios de divisão as dinâmicas econômicas.

Mas nem sempre a variável econômica predominou nas regionalizações brasileiras, especialmente nas elaboradas até 1930, que apontam para recortes regionais muito parecidos ao que corresponde hoje à região Norte e Centro-Oeste em virtude dos critérios naturais que eram adotados (Cruz, 2021). O território correspondente ao Tocantins estava situado em quase todas as regionalizações no Brasil Central (planaltos e cerrados), como na clássica divisão regional de Carvalho de 1913 (Carvalho, 1930).

A análise aqui desenvolvida assinala que, de um lado, à medida que os elementos sociais, históricos e econômicos passam a predominar na armadura teórica das regionalizações, e de outro lado, a ocupação capitalista do planalto central e da Amazônia se intensifica, no âmbito da integração nacional e da inserção nos processos de globalização, o desenho dessas regiões passa a variar intensamente de um autor para outro.

O estado do Tocantins, mais novo da federação, criado em 1988, é um recorte privilegiado para olhar a questão regional do Centro-Oeste e Norte, em virtude da sua posição intermediária entre as duas regiões. Por sua vez, os múltiplos vínculos aos quais foi colocado nas abordagens dos geógrafos/as, indicam o quanto seu território tem sido transformado pelas dinâmicas capitalistas, a ponto de que, para a maioria dos autores aqui analisados, sua inserção no atual recorte da região Norte ser obsoleta.

A pesquisa foi construída com base em revisão teórica das regionalizações elaboradas por Geiger (1964), Becker (1972), Corrêa (1989), Santos e Silveira (2008 [2001]), Moreira (2004), Cazzolato (2007) e Cruz (2020). Esses textos foram escolhidos para análise em virtude de sua importância para o pensamento regional brasileiro,

conforme Haesbaert (2020) e Cruz (2021). A dinâmica regional foi lida na chave teórica das des-articulações regionais que se dão a partir do avanço seletivo do capital pelo território (Vidal de la Blache, 2012a; 2012b; Haesbaert, 2010).

O texto está dividido em quatro seções, na primeira recupera-se brevemente a importância do conceito de região para leitura dos movimentos socioespaciais; na segunda e terceira seções, discute-se a inserção do Tocantins nas regionalizações teórico-metodológicas a partir de 1960, ou seja, antes e depois da emancipação do estado; na última seção, realiza-se um balanço da “condição regional” tocantinense discutida ao longo do texto.

Região, regionalização e as des-articulações regionais

Os processos de regionalização, que se traduzem em distintas formas de produzir/construir as diferenciações espaciais, são profundamente dinâmicos, especialmente no contexto de globalização, em que o fenômeno regional ganha universalidade (Santos, 2012). Ao contrário de homogeneidade, o que se observa sob a égide da globalização é a fragmentação e diferenciação de todas as partes do ecumênico, que se des-articulam constantemente frente aos interesses corporativos e as emergências populares (Haesbaert, 2010).

Nesse contexto, o conceito de região é ressuscitado “em sua capacidade de dar conta do des-ordenamento socioespacial” (Haesbaert, 2010, p. 61) das últimas décadas. A recuperação desse conceito passa igualmente por debates acadêmicos, como a valorização do singular e do específico; em perspectivas pós-modernas e pós-estruturalistas; em uma forma de abordar a região que Haesbaert (2010, p. 95) denomina de “racionalista”, com finalidades estritamente epistemológicas, na qual a região aparece como “artifício ou construto”.

Mais recentemente, a região tem sido recuperada no âmbito de epistemologias descoloniais e de preocupações com a preservação ambiental. No primeiro caso, valoriza-se os recortes elaborados “a partir de baixo, por meio dos inúmeros movimentos sociais de resistência, tão atuantes em diversos contextos latino-

americanos” (Haesbaert, 2021, p. 44). No segundo, na preocupação ambiental, surge o conceito de biorregião, que prioriza um olhar integrador e preservacionista dos recortes regionais (Martins, 2017; Magnaghi, 2017).

Embora as regionalizações analisadas na próxima seção revelem um movimento epistemológico do pensamento da geografia regional brasileira, em que as questões da desigualdade e da divisão territorial do trabalho ganham terreno, em simetria com a influência do materialismo histórico-dialético na geografia, deseja-se colocar em relevo a capacidade do conceito de região e seu correlato, regionalização, na interpretação da realidade regional do Tocantins.

Vidal de la Blache já demonstrava, na passagem do século XIX para o XX, a potencialidade do conceito de região em elucidar as transformações pelas quais passam os arranjos espaciais. Em texto de 1888, ele pensava a divisão do território francês com base nos traçados oferecidos pela natureza, a ponto de afirmar que “as divisões geográficas não podem ser tomadas senão da própria Geografia” (Vidal de la Blache, 2010a [1888], p. 206).

Atento aos elementos determinantes da produção das diferenciações espaciais, Vidal de la Blache oferece, em 1910 e 1911, uma leitura completamente diferente do território francês por meio do conceito de região. Segundo Vidal de la Blache (2010b [1911], p. 280), “as possibilidades de circulação se ampliam, a troca e as relações que ela implica se desenvolvem – e são outros tipos de divisões regionais que corresponde a uma nova condição”.

Assim, Vidal de la Blache (2012c, 2012d) ressalta que as articulações regionais se modificam profundamente com o avanço da modernidade no território francês, representada, especialmente pelas ferrovias e rodovias. Lugares são retirados do isolamento e se tornam íntimos de outros mesmo que distantes. Daí decorrem duas consequências, os limites regionais se tornam cada vez mais imprecisos e o entendimento das regiões pressupõe articulação escalar, pois fazem parte de conjuntos espaciais diversos.

Na narrativa de Vidal de la Blache (2012c), fica evidente como algumas regiões alteram suas relações e passam a se articular cada vez mais com territórios vizinhos e

distantes em decorrência dos avanços nos fluxos e nos modos de produção, bem como outras não conseguem se inserir nas dinâmicas e ficam desarticuladas ou em estado de isolamento. Dessa forma, os processos de regionalização precisam ser atualizados com uma certa frequência, como propõe o autor.

O conjunto das regionalizações elaboradas para o território brasileiro, objeto de análise a seguir, parece refletir exatamente esse contexto de modificações nas desarticulações regionais. O estado do Tocantins é um espaço privilegiado para observar tal processo, pela posição intermédia entre Norte/Centro-Oeste, porque tem sido vinculado a distintas regiões e, desde a década de 1990, as propostas de regionalizações teórico-metodológicas têm apresentado argumentos robustos para uma redefinição do atual edifício regional oficial no qual o estado se insere.

O antigo Norte Goiano nas regionalizações teórico-metodológicas

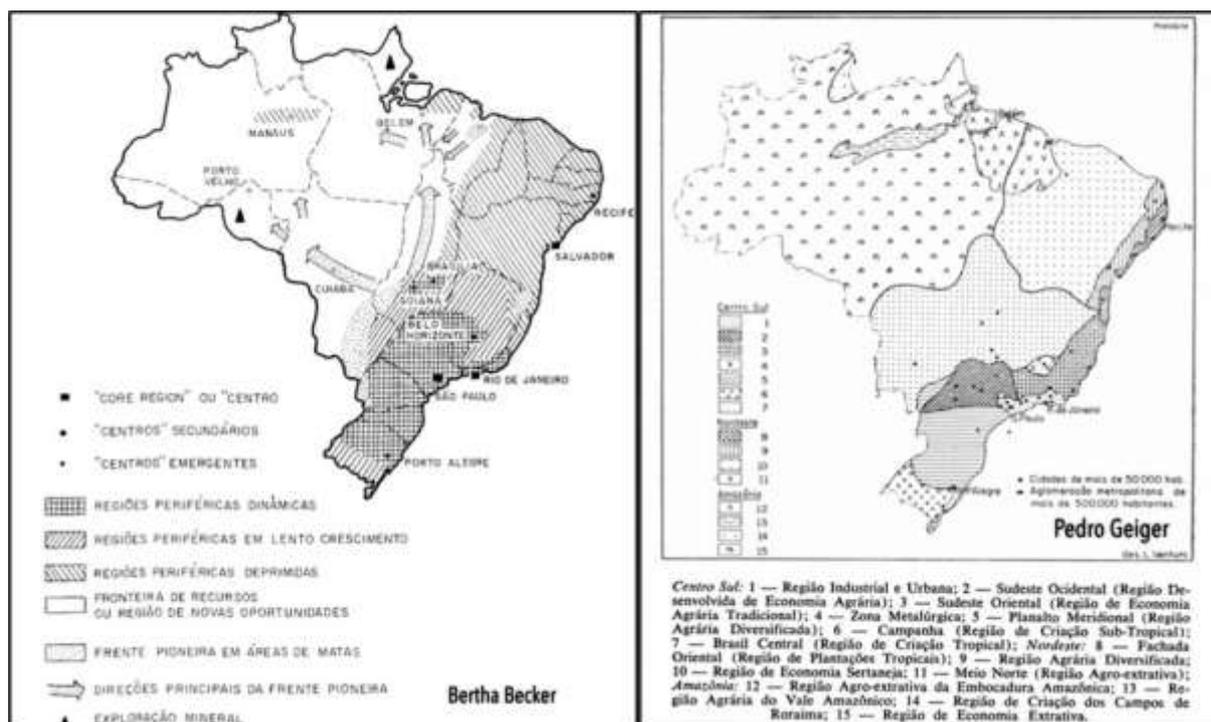
O geógrafo Pedro Geiger propôs, em 1964, uma regionalização do território brasileiro baseado na dinâmica econômica e nos processos históricos de ocupação. Ele concentra sua atenção nas transformações que a industrialização e a urbanização estavam engendrando no território brasileiro, as quais conformavam diferenciações regionais em diversas escalas. Assim, o autor propõe a existência de três macro-regiões, ou, em suas palavras, “três unidades maiores”, o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia (vide figura 1). Os limites regionais não coincidem com os limites dos estados e são subdivididos em diversas unidades menores ou sub-regiões.

Tendo o pressuposto teórico de que as regiões não devem ser analisadas de maneira isolada, Geiger (1964) pensa a relação entre essas regiões a partir de relações hierárquicas e de comando, daí que surgem termos como “região densa”, “regiões complementares” e “região dependente”. A primeira, se refere ao Sudeste e as segundas constituem em múltiplos pares, como, por exemplo, o Planalto Central é tido como complementar ao Sudeste e o Meio Norte ao Nordeste, enquanto a Amazônia é a região dependente.

Como se percebe na figura 1, o território que atualmente corresponde ao estado do Tocantins ocupa uma “*área de transição*” entre a Amazônia, Nordeste e

Centro-Sul e/ou Brasil Central. No caso da Amazônia, o antigo Norte Goiano se insere ainda em duas sub-regiões: Agro-extrativa da Embocadura Amazônica e Econômica Extrativa. A porção leste é abarcada pela sub-região nordestina de Economia Sertaneja e Agro-extrativa Meio Norte, enquanto, mais ao sul, tem-se o Planalto Central.

Figura 1 – Regionalizações propostas por Geiger em 1964 e Becker em 1972



Fonte: Geiger (1964); Becker (1972).

Geiger (1964, p. 46) faz uma única referência explícita ao Norte de Goiás, atual Tocantins, e o coloca, ao lado do Oeste da Bahia, como uma região complementar do Nordeste. Chama atenção essa colocação porque, o Norte de Goiás fortalecia seus laços justamente com o “sul de Goiás”, com a construção da rodovia Belém-Brasília. O autor reconhece, inclusive, que essa rodovia, em um curto período, poderia alterar o quadro regional dessa porção do território em sua dimensão mais inferior, ou seja, das sub-regiões.

A complementariedade se referia mais à sua dimensão leste, que faz divisa com o Nordeste. Vale destacar que por volta do fim dos anos 50 e início dos anos de 1960, no extremo norte, os principais centros urbanos eram Imperatriz-MA e Carolina-MA que exerciam forte influência sobre cidades goiano-tocantinenses (Valverde e Dias, 1967).

Com a construção da rodovia Belém-Brasília, aliada à expansão da fronteira, há uma profunda alteração desse quadro de relações urbanas.

Em 1972, Bertha Becker elaborou uma regionalização do território brasileiro que está situada no mesmo terreno das dinâmicas espaciais notadas por Pedro Geiger, ou seja, avanço da industrialização, urbanização e criação de novas diferenciações regionais. Em termos teóricos, a autora se baseia na teoria geral dos sistemas, a qual permite “encarar o espaço como um sistema de regiões interdependentes e oferece contribuição valiosa para o planejamento regional” (Becker, 1972, p. 101).

Entende-se que o sistema espacial se integra a partir de relações de centro-periferia, definidas por relações de autoridade-dependência. Dessa forma, a autora procura “relacionar crescimento econômico e estrutura espacial no Brasil, identificando tipos de regiões, segundo as interações espaciais” (Becker, 1972, p. 102). Estas últimas, diversamente do sentido consagrado de deslocamento no âmbito das redes urbanas (Corrêa, 1997), são entendidas no texto como movimentos estruturais do capital, do trabalho e da organização produtiva entre as regiões.

São identificadas quatro grandes regiões, sendo elas as regiões periféricas dinâmicas, que compreende o entorno de Rio de Janeiro e São Paulo, os quais são centro; regiões periféricas em lento crescimento, formando quase um arco em relação à região dinâmica e tida na porção centro-leste uma posição intermediária em relação as regiões à montante; regiões periféricas deprimidas, o que compreende, basicamente, o Nordeste; e fronteira de recursos ou região de novas oportunidades (vide figura 1).

No entanto, a regionalização proposta por Becker (1972) é muito mais complexa do que esse olhar de sobrevoo deixa entrever. Primeiro, são recortes que admitem a descontinuidade das regiões, aceitando que elas possuem “buracos”, como é o caso do entorno de Brasília e Goiânia que compõe uma sub-região dinâmica dentro de região periférica, e de Manaus, tida como fragmento de região periférica deprimida no coração da fronteira de recursos (vide figura 1).

Em segundo lugar, há um jogo de escala que relativiza o papel dos centros a depender do ponto de vista tomado como referência. Assim, em escala nacional, o centro principal é São Paulo, mas as outras regiões veem surgir seus próprios centros,

como é o caso de Salvador, que, sob forte intervenção do governo, emerge como “organizadora” da dinâmica produtiva da região Nordeste e, ao mesmo tempo, reflete a reprodução do padrão de polarização do sistema espacial nacional.

Em terceiro lugar, essa regionalização não respeita limites estaduais. Esse aspecto faz com que boa parte do território que viria a ser o Tocantins integre a fronteira de recursos, mas sua porção leste/sudeste se insira na região periférica deprimida, o Nordeste, mostrando, neste particular, semelhança com a proposta de Geiger (1964). O Norte Goiano aparece, além de área-fronteira, como um corredor por meio do qual passa a expansão da frente pioneira (vide figura 1). A rodovia Belém-Brasília é o veículo de ajustamento dessa dupla função/posição do estado.

No entanto, a vinculação do Norte Goiano à região amazônica, não parece definitiva na obra de Becker. Embora ela não atualize essa regionalização, a elaboração de recortes regionais para o espaço amazônico no início dos anos 2000 (Becker 2001, 2004[2009]), portanto, após a criação do Tocantins, indica que esse estado se insere cada vez mais como um espaço de transição entre os tecidos mais dinâmicos do Brasil e aqueles que continuam a ser fronteira em sentido mais rigoroso.

Esse estado passa a fazer parte do arco do povoamento consolidado, que inclui ainda o sudeste do Pará e Mato Grosso, área “que não é mais uma fronteira, e sim uma região de povoamento consolidado, integrado ao tecido produtivo nacional” (Becker, 2009, p. 146). Tal espaço “implicaria na dissolução da Amazônia Legal”, a qual “apaga-se hoje em face da regionalização do espaço vivido”. Um pouco adiante, ela coloca de forma ainda mais explícita que, “a rigor, esta unidade não deveria mais integrar a Amazônia Legal” (Becker, 2009, p. 156).

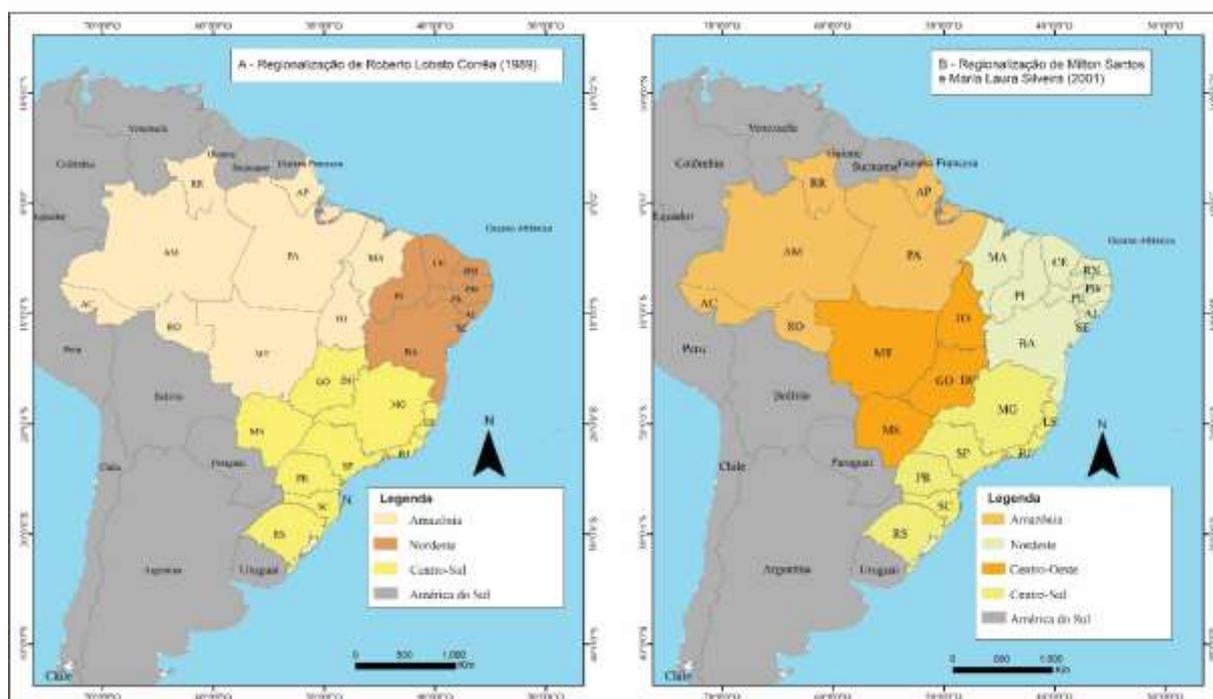
Nota-se que essas regionalizações reconheciam particularidades do Norte Goiano, as quais estavam ligadas diretamente à sua inserção como fronteira agrícola. Um de seus veículos principais era a rodovia Belém-Brasília, que carregava fortes sentidos regionais, ao fomentar a urbanização do Norte Goiano, integrando nacionalmente e diferenciando regionalmente o território (Valverde e Dias, 1967; Arrais et al., 2016). Tal dinâmica é consolidada e complexificada, como veremos a seguir, após a criação do Tocantins.

O estado do Tocantins nas regionalizações teórico-metodológicas

Em 1989, logo depois da criação do Tocantins, Roberto Lobato Corrêa apresentou uma regionalização do espaço brasileiro com base em suas experiências de trabalho e pesquisa no IBGE. A nova regionalização se justificava, segundo o autor, em virtude das transformações sociais e econômicas pelas quais passou o Brasil a partir de 1950, expressando “uma nova divisão territorial do trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira” (Corrêa, 1989, p. 09).

Corrêa (1989), fazendo referência ao estudo clássico de Jacques Lambert (1959), afirma que há três brasis e não mais dois como queria este. Assim, propõe a existência das regiões Centro-Sul, Amazônia e Nordeste, as quais encontram-se profundamente articuladas entre si. Há aqui, igualmente, uma semelhança com a divisão proposta por Geiger, mas, diversamente, está apoiada em limites formais dos estados (vide figura 2).

Figura 2 – Regionalizações do espaço brasileiro: Roberto Lobato Corrêa (A); Milton Santos e María Laura Silveira (B).



Fonte: Corrêa (1989); Santos e Silveira (2008).

A diferenciação regional ocorre por meio de quatro elementos: a) a especialização produtiva; b) os distintos modos e intensidade que se verificam a circulação, o consumo e a gestão das atividades; c) as distintas organizações espaciais, isto é, a natureza e a densidade dos fixos, como estradas, dutos, portos, cidades e aeroportos; e d) os distintos níveis de articulação interna, inter-regional e internacional (Corrêa, 1989).

O Centro-Sul “pode ser definido como sendo a ‘core area’ do país, o coração econômico e político da nação” (Corrêa, 1989, p. 9). Por sua vez, a região Nordeste é compreendida como a região das perdas econômicas, demográfica e políticas, caracterizando-se como um território de opacidades. A região amazônica é caracterizada como espaço de fronteira, integrando-se à econômica nacional a partir da atração demográfica, de investimentos e implantação de infraestrutura.

Nessa regionalização, o Tocantins aparece como lugar de fronteira, assim como na abordagem de Becker (1972). No entanto, diferentemente dessa autora, Corrêa (1989, p. 16) acredita que essa região continuará na condição de fronteira durante o século XXI, porque haveria ainda “muito espaço a ser ocupado, muito recurso a ser dilapidado, e muito conflito social a ser desenvolvido”.

Além disso, em termos de semelhança entre os dois autores, mais uma vez (ainda que de modo indireto, principalmente pela ausência de uma representação cartográfica), pode-se afirmar que o Tocantins aparece como um espaço-corredor de integração regional, na medida em que a rodovia Belém-Brasília é mencionada por Corrêa (1989) como uma das maiores expressões desse processo.

O Tocantins não se vincula ao Centro-Oeste nessa análise, ao contrário, Corrêa (1989, p. 8) chega a defender o “desaparecimento” da região, que não teria nenhuma especificidade na divisão territorial do trabalho. Tal condição teria sido motivada pelas fragmentações políticas, isto é, criação de Mato Grosso e Tocantins, que são frutos das dinâmicas de diferenciação socioeconômica e colocam esses estados na fronteira amazônica.

Por sua vez, Santos e Silveira (2008, p. 268) propõe uma “divisão regional baseada, simultaneamente, numa atualidade marcada pela difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e nas heranças do passado”. Diante disso, os autores reconhecem, ainda que “grosseiramente e como sugestão para um debate”, quatro Brasis: uma Região Concentrada, formada pelo Sudeste e pelo Sul, o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia.

A Região Concentrada “caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação” (Santos e Silveira, 2008, p. 269). Já o Centro-Oeste, composta por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, é considerada uma região “de ‘ocupação periférica’ recente. O meio técnico-científico-informacional se estabelece sobre um território praticamente ‘natural’, ou melhor ‘pré-técnico’, onde a vida de relações era rala e precária” (Santos e Silveira, 2008, p. 271).

Para Santos e Silveira (2008), há duas especificidades dessa região, a primeira se deve ao processo de ocupação, que contrasta com a Amazônia. Nesta última, a urbanização acontece de maneira mais descontínua e dispersa, mobilizando menos capital e mais trabalho, enquanto no Centro-Oeste, há maior continuidade da ocupação, que é feita a partir de capitais mais intensivos, “com a evidência de maior composição orgânica e num subespaço onde a fluidez é maior” (Santos e Silveira, 2008, p. 276). Essa diferenciação se torna visível no desenho da rede urbana, que tem uma melhor cobertura territorial nesta região.

Uma segunda especificidade da região ocorre na divisão territorial do trabalho em virtude de seu papel como celeiro do agronegócio, moderno e globalizado, sob a demanda de grandes empresas multinacionais que possuem, no Brasil, sede na Região Concentrada. Por isso, conforme os autores, a rede de cidades que se forma no Centro-Oeste nasce assentada sobre a produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais.

Em relação a essas duas perspectivas, nota-se que o Tocantins tem, ainda hoje, uma infraestrutura de redes (rodoviária e rede urbana), bem como divisão territorial da malha municipal, que o aproxima mais do Centro-Oeste do que do Norte (IBGE, 2020). Em relação à produção de grãos, embora não tivesse forte presença no Tocantins no

momento de elaboração do livro (2000), era evidente que a fronteira se deslocava para esse estado e os autores percebiam esse movimento que, efetivamente, se materializou nos anos seguintes.

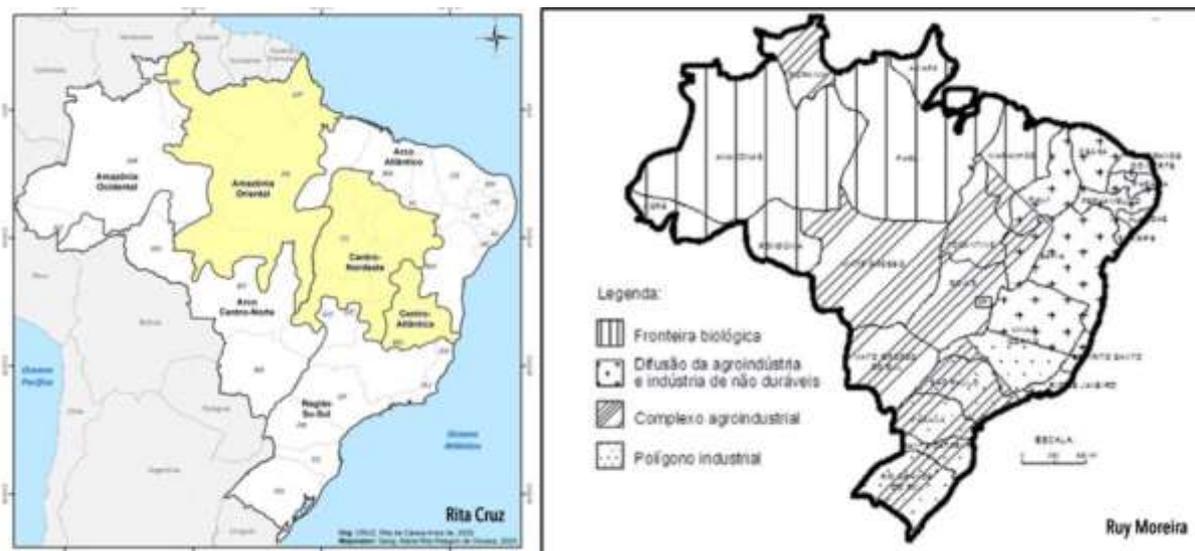
Em 2004, Ruy Moreira propôs uma regionalização do Brasil com base na divisão territorial do trabalho. Tal recorte possui quatro regiões, sendo elas a fronteira biotecnológica, a da agroindústria e indústria de não duráveis, a do complexo agroindustrial e a do polígono industrial (vide figura 3). Para Cruz (2021, p. 105), trata-se da “mais criativa entre as regionalizações recentes”, pois supera “os limites dos estados, inclui uma região descontínua e, ainda, sobrepõe regiões umas às outras”.

O estado do Tocantins está situado na região do complexo agroindustrial, que envolve os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Roraima, além do Triângulo Mineiro, sul do Maranhão, do Piauí e oeste da Bahia. No caso do Sudeste e Sul, o complexo agroindustrial se sobrepõe ao polígono industrial e para oeste da Bahia e sul do Piauí, ele se sobrepõe à região da agroindústria e indústria de não duráveis.

Segundo Moreira (2004, p. 140), complexo agroindustrial tem nos “cerrados [...] seu centro de gravidade. Daí que se reproduz do outro lado da floresta amazônica, nos cerrados de Roraima”. Trata-se, segundo o autor, de “região típica da modernização dos PNDs, promovendo a fusão do cerrado e da soja numa mesma paisagem, numa sinonimização de planalto central e sojicultura” (Moreira, 2020, p. 313).

A soja é o vetor dessa nova formação regional, que ocorre no encontro entre modernização agrícola (deslocamento de agricultores sulinos para o planalto central e novos métodos de uso do solo) e redistribuição da indústria pelas cidades do interior dos estados do Centro-Oeste (que estava em processo de desconcentração do sudeste e da região metropolitana de São Paulo). Assim, para Moreira (2020, p. 314), os cerrados do planalto central se tornam terreno da “criação de um setor industrial de máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos agrícolas”.

Figura 3 – Regionalização proposta por Ruy Moreira em 2004 e Rita Cruz (2020).



Fonte: Moreira (2020, p. 309).

Ao final do texto, Moreira (2014, p. 149) reafirma a particularidade do Centro-Oeste, que, devido ao complexo agroindustrial, “dissocia-se do Centro-Sul para formar uma região que incorpora para além do antigo território o sul da Amazônia [estado do Tocantins] e a porção oriental do Nordeste”. Tal região se estrutura vinculada cada vez mais a corredores de exportação, os quais foram estimulados pelo planejamento territorial neoliberal a partir do governo de FHC, visando ampliar a integração competitiva na economia mundial (Ablas, 2003; Moreira, 2020; Silva, 2019).

Outra importante regionalização foi apresentada por Cruz (2020), com base na noção de desenvolvimento geográfico desigual, com o objetivo de contribuir para “um melhor entendimento da realidade social e territorial” brasileira (Cruz, 2020, p. 28). É uma regionalização que apresenta inovação, ao adotar as regiões de transição, por entender que, “ao tratar de aspectos socio-histórico-econômicos, a passagem de uma região para outra [...] é raramente abrupta, sobretudo quando lidamos com a escala macrorregional” (Cruz, 2020, p. 45).

Com base em dados da força de trabalho, da rede rodoviária federal e indicador de renda, Cruz (2020, p. 45) conclui pela existência, no Brasil, de sete grandes regiões, das quais três são de transição (vide figura 3) e que expressam “fragmentos de um espaço total, uma totalidade aberta, una e contraditória em movimento”. As regiões

identificadas são Su-Sul, Arco Centro-Norte, Arco Atlântico, Amazônia Ocidental e as de transição, Centro-Atlântica, Centro-Nordeste e Amazônia Oriental.

Segundo Cruz (2020, p. 45), as regiões de transição “amalgamam características das grandes regiões com as quais fazem fronteira sem identificar-se integralmente [...] com uma ou com outra”. Acrescenta ainda que “regiões de transição chamam atenção para a plasticidade dos processos sociais, que contrariam limites euclidianos e tensionam os estudos regionais. Nessas regiões, as densidades em termos de configurações geográficas são [...] intermediárias” em relação às regiões vizinhas (Cruz, 2020, p. 46).

O estado do Tocantins aparece na região de transição do Centro-Nordeste, que inclui o norte de Goiás e Minas Gerais, fragmentos do Pará, sul do Maranhão e Piauí e oeste da Bahia. Essa região teria um menor desenvolvimento, com indicadores mais baixos de renda e infraestrutura em relação às vizinhas. Cruz (2020), à semelhança de Moreira (2004), e Santos e Silveira (2008), destaca o agronegócio como o responsável por uma rápida e profunda transformação da região.

Já Cazzolato (2007), tensiona a regionalização oficial brasileira a partir da criação do estado do Tocantins. Para ele, enquanto a emancipação desse estado foi amplamente debatida, a mudança regional foi negligenciada, inclusive no debate científico, pois “até a atualidade, todos os textos pesquisados que resumem a história do Tocantins omitem sua transferência do Centro-Oeste para o Norte” (Cazzolato, 2007, p. 8).

Baseado em declaração do então governador, Marcelo Miranda, segundo a qual a transferência do Tocantins para o Norte se deu em função de interesses em subsídios do Banco da Amazônia, Cazzolato (2007) afirma que questões de ordem política balizaram esse rearranjo regional. Acrescenta, no entanto, que somente essa justificativa não faz sentido, tendo em vista que o território tocantinense já fazia parte da Amazônia Legal.

Cazzolato (2007), considerando principalmente os processos de integração territorial, visualizados em fluxos e nos sistemas de engenharia, afirma que o Tocantins se relaciona preferencialmente com o Pará na região Norte, tendo, por exemplo,

pouquíssimas ligações com Acre e Rondônia. Por outro lado, tem importantes relações com Goiás (pela extensão da rede urbana de Goiânia) e com o Maranhão.

Diante disso, propõe que o Tocantins volte a ser regionalizado no Centro-Oeste ou que se crie uma macro-regionalização do território brasileiro (vide figura 4). Na proposta, surge uma nova região, a noroeste, formada pelos estados da porção oeste da Amazônia, e o Norte passa a ser constituído por Tocantins, Pará, Amapá e Maranhão¹. Com esse novo arranjo, espera-se que o edifício regional brasileiro recupere “o equilíbrio entre as partes e a capacidade operacional como instrumento de gestão territorial” (Cazzolato, 2007, p. 16).

Figura 4 – Regionalização proposta por Cazzolato 2007.



Fonte: Cazzolato (2007).

Em 2020, o autor retomou essa discussão para reafirmar suas proposições, mas agora com a finalidade de validar o novo arranjo regional e não simplesmente recolocar o Tocantins no Centro-Oeste. Cazzolato (2020, p. 24) amplia o rol dos argumentos em favor da nova região, mobilizando o “quadro natural, os processos históricos de

¹ Devemos lembrar que há um dilema regional também em torno do Maranhão. Andrade (1964), por exemplo, considera que esse estado não faz parte do Nordeste e Carvalho (1930), observa que parte do estado é claramente amazônico.

ocupação e padrões culturais”. Do ponto de vista econômico, destaca o avanço do complexo agro-mineral-logístico, a articular o espaço regional do Centro-Norte do Brasil².

Deslocamentos da condição regional do Tocantins

As regionalizações antes analisadas apontam para profundas transformações econômicas do Tocantins e estados vizinhos a partir de 1960. As mudanças se inserem no contexto de integração nacional de fronteiras agrícolas do Centro-Norte e de ingresso na globalização, a partir do final do século XX. As condições de fluidez e a dinâmica produtiva avançaram sobre o território tocantinense e imediações de modo que conferiram a eles particularidades regionais.

Isso fica claro quando comparamos as regionalizações de Geiger (1964), elaborada no início dos processos mais agudos de expansão da fronteira, e a regionalização de Becker (1972), na qual já era possível notar maior consolidação dos processos em curso. Se, no primeiro caso, o Tocantins era um espaço muito fraturado e ligado a diversos processos geo-históricos, no segundo caso ele já aparece mais diferenciado e homogeneizado pelo avanço da fronteira agrícola.

Becker (1972) ainda faz questão de conferir ao Tocantins uma certa particularidade regional dentro da fronteira de recursos, ao afirmar que o estado era um corredor por meio do qual se concentrava a expansão da frente pioneira em direção às suas porções mais setentrionais. Restava, no entanto, uma pequena fração do território que poderia ser considerado pertencente ao espaço deprimido do Nordeste, o que se modifica nas décadas seguintes e se consolida com a criação do estado, em 1988.

As particularidades regionais do Tocantins na região amazônica se acentuam a partir dos anos 2000, com o avanço do agronegócio globalizado de grãos, especialmente soja e milho, que transforma a dinâmica produtiva, logística e fomenta a urbanização, com fortalecimento de centralidades, interações espaciais e complexificação das

² Considera-se região Centro-Norte os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Maranhão, sul do Piauí e Oeste da Bahia (Castilho, 2019).

funções urbanas, com destaque para cidades médias e do agronegócio (Brito, 2009; Lima, 2014; Sodré, Oliveira, 2021).

O movimento de apropriação e expansão agrícola nos cerrados ocorreu no alvorecer deste século em virtude de demandas acumulativas ligadas às burguesias nacionais e internacionais e são responsáveis pelo aprofundamento das redefinições regionais antes analisadas. Nesse cenário de territórios *em* globalização, como adverte Santos (2012), os recortes regionais são refeitos com bastante intensidade, daí decorrendo a dificuldade em analisá-los.

Refletindo as mudanças em curso, as regionalizações elaboradas por geógrafas(os) para o território brasileiro demonstram que o Tocantins está situado em uma posição que transita entre o Norte, Amazônia, Centro-Oeste e Região de Transição. Mas é possível observar uma tendência geral dos processos de regionalização, que o colocam cada vez mais como fazendo parte da região Centro-Oeste ou demandando uma nova configuração regional, seja pela criação de uma região de transição ou a criação de um novo recorte da região Norte (vide quadro 1).

Quadro 1 – Síntese do Tocantins nas regionalizações brasileiras (2022)

Autor	Ano	Região do Tocantins
Pedro Pinchas Geiger	1964	Ocupa uma área de transição entre a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste
Bertha Becker	1972	Fronteira de recursos ou região de novas oportunidades – Norte/Amazônia
Roberto Lobato Corrêa	1989	Norte
Milton Santos e Maria Laura Silveira	2001	Centro-Oeste
Ruy Moreira	2004	Complexo agroindustrial – Centro-Oeste
José Donizete Cazzolato	2007	Uma nova região Norte
Rita de Cássia Ariz da Cruz	2020	Região de transição Centro-Nordeste

Fonte: Elaboração própria (2022).

Como se pode perceber no quadro, das cinco regionalizações elaboradas a partir da criação do Tocantins, quatro não colocariam o estado na região Norte tal como ela existe hoje: ou se manteria o recorte anterior, no qual o Norte Goiano pertencia ao Centro-Oeste, ou seria criada uma região de transição ou um novo desenho da região Norte. Tal quadro parece apontar para a necessidade de se ressignificar a imagem regional do Brasil, especialmente na sua porção Centro-Norte, diante do dinamismo econômico que aí se estabelece, expressando novas des-articulações regionais.

Considerações finais

Os movimentos socioeconômicos visualizados nas propostas de regionalização analisadas nesse trabalho indicam que a regionalização oficial na qual se insere o Tocantins precisa ser revista, pois ela não consegue mais dar conta das dinâmicas do capital que modificam o território brasileiro. Essa necessidade sugere processos mais amplos que redesenham o edifício regional das áreas de floresta amazônica e cerrado, os quais foram submetidos a intensa transformação nos últimos cinquenta anos diante do avanço da fronteira agro-mineral-logística.

Se a expansão da fronteira agrícola a partir dos anos de 1960 já anunciava profundas mudanças no Centro-Norte do Brasil, a criação do Tocantins e a inserção do país no processo de globalização fortaleceram as des-articulações regionais. Os trabalhos analisados assinalam que os vínculos do Tocantins se aprofundam com estados vizinhos, ao mesmo tempo em que deixa de ser um corredor de integração nacional para ser de exportação de commodities.

Dessa forma, criam-se processos de articulação socioeconômica veiculados principalmente pelo agronegócio e as redes urbanas que diferenciam espacialmente porções da região Norte, Centro-Oeste e Nordeste, criando feixes de relações que produzem novas des-articulações regionais. Em termos oficiais, talvez o maior exemplo dessas mudanças seja a criação do MATOPIBA, em 2015. A popularidade do termo e a profusão de estudos sobre a região dão conta de sua efetiva importância.

Portanto, o conceito de região, renovado com as discussões próprias ao período atual, de globalização e de meio técnico-científico-informacional, permanece central para que possamos compreender as transformações pelas quais tem passado o território brasileiro, e, especialmente, a sua porção Centro-Norte, uma das mais modificadas nas últimas décadas no bojo do avanço do capital para os espaços de fronteira agrícola.

Referências

- ABLAS, L. O “Estudos dos Eixos” como instrumentos de planejamento regional. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp/ Anpur, 2003. p. 171-186.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.
- ARRAIS, T. A.; CASTILHO, D.; AURÉLIO NETO, O. P. Integração nacional e fragmentação regional: o sentido territorial da BR-153 no centro-norte brasileiro. **Revista da ANPEGE**, v. 18, n. 36, p. 62-85, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEographia2016.v18i36.a13743>
- BRITO, E. P. de. **O papel de Palmas-TO na rede de integração regional**. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- BECKER, B. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 101-116, 1972. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, [s. l], v. 6, n. 12, p. 135-159. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/178. Acesso em: 05 nov. 2021.
- BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CARVALHO, D. **Geographia do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1930.
- CASTILHO, D. Redes e processos espoliativos no Centro-Norte do Brasil. In: OLIVEIRA, F. G. de. et al (Org.). **Espaço e economia: geografia econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 195-220.
- CAZZOLATO, J. D. As regiões brasileiras pós-Tocantins: ensaio para um novo arranjo. In: ENANPUR. 12., 2007, Belém, **Anais...** Belém, 2007. p. 1-20. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1140>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

CAZZOLATO, J. D. Censo 2020 – novas Macrorregiões, 50 anos depois. **Confins**, n. 46, p. 1-33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.31037>

CRUZ, R. C. A. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 24, p. 27-50, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.155571>

CRUZ, R. C. A. Regionalizações do espaço brasileiro – mantendo vivo o debate regional. In: LEOPOLDO, E. et al. (Org.). **Por uma nova geografia regional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 25-48.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. p. 279-318.

CORRÊA, R. L. A organização regional do espaço brasileiro. **Geosul**, v. 4, n. 8, p. 7-16, 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12712>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GEIGER, P. P. Organização regional do Brasil. **Revista Geográfica**, [s. l], v. 33, n. 61, p. 25-57, 1964. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40991791?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 05 nov. 2021.

LEOPOLDO, E. A região e sua redescoberta pela Geografia no século XXI. In: LEOPOLDO, E. et al. (Org.). **Por uma nova geografia regional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 63-78.

LIMA, D. A. A. **Expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, 2014.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. Regionalizações brasileiras: antigos legados e novos desafios. **Confins**, n. 44, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.26401>

HAESBAERT, R. Por uma descolonização da região em Geografia. In: LEOPOLDO, E. et al. (Org.). **Por uma nova geografia regional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 25-48.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das cidades-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MARTINS, I. G. Da região natural à biorregião: a natureza como fundamento para divisão do espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 21, p. 42-72, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2017.1321.0002>

MAGNAGHI, A. **A biorregião urbana**: pequeno tratado sobre o território bem comum. Senhora da Hora: ESAD, 2017.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R (Org.). **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 123-152.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, C. A. F. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SODRÉ, R.; OLIVEIRA, H. M. Grandes grupos econômicos e agronegócio: redefinição das centralidades e interações espaciais no sudeste da Amazônia Oriental. **Revista da casa de geografia de Sobral**, v. 23, p. 114-143, 2021. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/index>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VIDA DE LA BLACHE, P. As divisões fundamentais do território francês. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2012a. p. 203-212.

VIDA DE LA BLACHE, P. A relatividade das divisões regionais. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2012b. p. 277-286.

VIDA DE LA BLACHE, P. As regiões francesas. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2012c. p. 245-275.

VIDA DE LA BLACHE, P. A renovação da vida regional. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2012d. p. 277-286.

Recebido: 16/12/2023 Publicado: 15/05/2025

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito